

XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 10 – Informação e memória

MEMÓRIA INSTITUCIONAL:

O PAPEL DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS NA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

INSTITUTIONAL MEMORY:

THE ROLE OF ARCHIVED DOCUMENTS IN INSTITUTIONAL MEMORY

Bianca da Silva Nunes – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Raul Marques Leite de Souza – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Ricardo Coutinho Mello – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este trabalho possui como objetivo oferecer uma discussão teórica acerca da relação entre materialidade da informação e memória institucional, voltando o olhar para a atuação dos documentos arquivísticos nesse processo. Metodologicamente, se configura como uma pesquisa de natureza qualitativa, de nível descritivo, possuindo a pesquisa bibliográfica como procedimento de coleta de dados. As considerações parciais com base na literatura apontam para compreensão da relação entre documento arquivístico, instituições, memória institucional e memória registrada como uma relação intrínseca, onde a materialidade permite a construção e preservação da memória institucional por meio da fisicalidade, bem como sua ressignificação. Compreende-se que essa discussão teórica, servirá como base para futuras pesquisas acerca da temática, podendo ser explorados os temas: gestão de documentos arquivísticos em instituições, com foco na preservação da memória e o papel de memoriais e centros de memória na memória institucional.

Palavras-chave: memória institucional; documento arquivístico; materialidade.

Abstract: This work aims to offer a theoretical discussion on the relationship between materiality of information and institutional memory, focusing on the role of archival documents in this process. Methodologically, it is configured as qualitative research, at a descriptive level, with bibliographical research as a data collection procedure. Partial considerations based on literature point to the understanding of the relationship between archival documents, institutions, institutional memory and recorded memory as an intrinsic relationship, where materiality allows the construction and preservation of institutional memory through physicality, as well as its resignification. We will understand that this theoretical discussion will serve as a basis for future research on the subject, with the following themes being able to be explored: management of archival documents in institutions, with a focus on preserving memory and the role of memoriais and memory centers in institutional memory.

Keywords: institutional memory; archival document; materiality.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, apresenta-se uma discussão teórica onde compreende-se os estudos acerca dos meios pelos quais a informação está registrada, como relevantes para o estudo sobre o fenômeno da memória. A premissa que norteou a investigação foi a de que esses meios de registro, possibilitam o armazenamento, a recuperação, a interpretação e a transmissão da informação.

Entende-se que estes mesmos elementos são relevantes também para os estudos sobre identidade, história e memória institucional, pois compreende-se que a evocação da memória também pode possuir suas manifestações em inscrições. Especificamente neste trabalho, discorre-se sobre a relação entre o documento arquivístico, elemento que se constitui como informação registrada e a memória institucional. Para situar o estudo, será abordado nesta pesquisa alguns entendimentos acerca do que é informação, bem como a relação entre a informação, memória e memória registrada.

O objetivo deste trabalho é oferecer uma discussão teórica acerca da relação entre materialidade da informação e memória institucional, voltando o olhar para a atuação dos documentos arquivísticos nesse processo. Cientes de que os documentos produzidos pelas mais diversas formas de instituições que uma sociedade possui, são reflexos reais e naturais da sua história, notou-se a necessidade de investigar a face da memória que está vinculada aos registros físicos, podendo ser evocada, cristalizada e preservada através das impressões do ser humano em um suporte.

Diante disso, a pesquisa foi norteada pelo seguinte questionamento “qual a relação entre a materialidade do documento arquivístico e a memória institucional?” Pretende-se explorar com base na literatura quais as ações possíveis de serem realizadas com a informação através de um registro físico, no caso do recorte da pesquisa, o documento arquivístico. E como essa informação registrada se relaciona com a memória, e especificamente neste trabalho, a memória institucional.

Compreende-se que essa discussão teórica, servirá como base para futuras pesquisas acerca da temática, podendo serem explorados os temas: gestão de documentos arquivísticos

em instituições, com foco na preservação da memória e o papel de memoriais e centros de memória na memória institucional.

Para o levantamento bibliográfico, utilizou-se como principais bases de dados a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) (<https://brapci.inf.br/>), e o Portal de Periódicos Eletrônicos da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Unesp – Campus de Marília, São Paulo (<https://revistas.marilia.unesp.br/>), onde foram utilizados em ambos os termos de busca “Memória Institucional”, “Informação e Memória”, “Documento arquivístico”, “Materialidade da Informação”, dentro de um recorte temporal nos anos de 2016 a 2021 em ambas as bases. Foram encontrados na pesquisa 21 artigos, dentro quais 8 foram analisados.

Também foi feita uma busca nos anais do Encontro Nacional Brasileiro de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) dos anos de 2018 a 2021, na seção do Grupo de Trabalho (GT) 10 – Informação e memória, em busca de trabalhos sobre informação e memória e memória institucional. No total, foram encontrados na busca 88 trabalhos publicados no GT 10 nos anos indicados, incluindo as modalidades de trabalho completo, resumo expandido e comunicação oral. Foram coletados e analisados cerca de 15 artigos.

2 INFORMAÇÃO E MEMÓRIA

Harold Borko, em seu clássico ensaio publicado no ano de 1968, intitulado de *Information Science: what is it?* Diz que a Ciência da informação é uma disciplina que investiga as propriedades e o conhecimento da informação. O autor também fala que a disciplina está preocupada com o corpo de conhecimentos relacionados a origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transformação e utilização da informação (Borko, 1968).

Araújo (2018) traz algumas abordagens e contextos envolvendo o entendimento do termo informação para Ciência da Informação (CI):

Informação foi entendida, na ciência da informação, inicialmente como um sinônimo de documento (o conhecimento humano registrado); depois, como o conteúdo objetivo dos documentos (aquilo que pode migrar de um suporte físico para outro); a seguir, como um produto da interação entre dados e conhecimento; por fim, em anos mais recente, como algo diretamente ligado às ações humanas e inserido num contexto (Araújo, 2018, p. 105).

Com a evolução da compreensão sobre o que é informação, os estudos sobre esse tema se tornaram mais amplos. A expansão desses estudos não implicou no descarte das perspectivas originais, mas proporcionou uma integração das novas abordagens a eles.

As pesquisas sobre informação que consideram seu caráter físico (relacionado aos registros humanos nos mais variados suportes, processamentos e armazenamentos de dados, fluxo, tecnologia etc.) passaram a incluir questões cognitivas e sociais. Tal premissa envolve considerar, como parte do processo informacional, a forma como as pessoas assimilam, interpretam, transmitem e utilizam a informação, considerando também o contexto social no qual estão inseridas, bem como suas relações existentes nesse meio (Araújo, 2018; 2014). Sendo assim, a informação sofre influência e influencia o comportamento humano.

A ação humana de converter a informação em algo tangível contribui para que os indivíduos se utilizem desses instrumentos para adquirir, produzir e transmitir conhecimento, sendo assim, as questões cognitivas e sociais a que as pessoas estão sujeitas relacionam-se com as mais diversas representações materiais que a informação pode vir a adquirir.

Diante do contexto apresentado, compreende-se que os estudos sobre informação são relevantes para se estudar a memória em suas diferentes manifestações. Visto que, ao se pensar nas produções humanas e na forma como o ser humano lida com elas, a memória individual e coletiva vai sendo estabelecida e transmitida de forma material ou verbal.

Corroboramos com Ribeiro (2017, p. 89) quando a autora diz que “não vemos que seja possível abordar o conceito de ‘memória’ desligado do de informação, uma vez que os dois são indissociáveis e remetem para uma dimensão cognitiva do ser humano”.

Ainda segundo Ribeiro (2017),

[...] o ato de memorizar necessita de algo para se poder consumir e a informação é esse algo, que se inscreve/registra, tanto na memória cerebral, quanto nas memórias “externas”, ao agente que a produz, as quais se materializam em suportes dos mais variados tipos (desde a pedra dos tempos pré-históricos aos suportes digitais na atualidade) (Ribeiro, 2017, p. 90).

Sendo assim, compreende-se que a informação e a memória caminham juntas tanto na oralidade como nos registros em suportes físicos, pois estes são manifestações materiais de uma memória que os indivíduos comportam em suas mentes. Desta forma, entende-se que os documentos produzidos pelas pessoas são formas duráveis de se conhecer e transmitir as mais variadas formas do pensamento humano.

Rabello (2019) faz uma diferenciação entre materialidade e fisicalidade, sobre as quais o autor diz que a

materialidade e a institucionalidade da informação, ao passo que necessitam de alguma fisicalidade (objeto-suporte analógico ou digital), inscrevem-se em construções conceituais particulares (ações de informação) exemplificadas em termos de práticas específicas a desenvolvimento de coleções e da organização do conhecimento) (Rabello, 2019, p. 13).

Ainda segundo o autor, a materialidade transcende a fisicalidade e está vinculada aos regimes de informação que se estabelecem em determinado espaço e tempo. A fisicalidade, se limita a objetos tangíveis, no entanto a materialização de uma informação pode se dar também de forma oral, de forma que uma informação seja expressa e transmitida em um determinado espaço e tempo, sem envolver necessariamente uma fisicalidade.

A materialidade da informação pode fortalecer a preservação, transmissão e perpetuação de uma memória que foi registrada. A maneira que as pessoas compartilham informações pode colaborar para o fortalecimento ou enfraquecimento de valores, verdades, culturas e tradições, como também contribuem para a formação da memória institucional, pois nessa materialidade se encontram os registros que formalizam as ações das instituições na sociedade e as circunstâncias que envolvem sua criação. Assim, através do documento, a informação pode se manifestar de uma forma registrada e que lhe permite transcender esse espaço e tempo (Rabello, 2019).

3 MEMÓRIA INSTITUCIONAL

A memória aparece na literatura vinculada a distintos contextos e áreas do conhecimento, podendo o termo ser utilizado para se referir a aspectos diversos. O uso da palavra no senso comum remete à capacidade do homem de se lembrar de eventos passados. O historiador francês Jacques Le Goff define memória como a “propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (Le Goff, 1990, p. 366). Estudos contemporâneos sobre memória a compreendem como uma construção social, fruto de interações sociais das pessoas, da cultura e das experiências vivenciadas em sociedade, deixando assim de ser interpretada somente como um repositório de lembranças do passado, mas sim como um fenômeno que

pode ser ressignificado, reconstruído e reinterpretado (Araújo 2014; Oliveira; Rodrigues; Castro, 2017).

Azevedo Netto e Dodebei (2017), ao discutirem sobre a relação entre informação e memória, diante de uma perspectiva da informação como um resultado da ação intencional de uma forma de registro e como uma produção de significados socialmente aceitos dizem que:

[...] A relação entre memória e identidade está mediada pelo documento em seus mais variados suportes desde os mais tradicionais até os objetos que compõe a cultura material, pois são elementos que trazem consigo a historicidade necessária para o reconhecimento desses constructos (Azevedo Netto; Dodebei, 2017, p. 47).

De acordo com a visão do historiador francês Pierre Nora (1993),

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (Nora, 1993, p. 9).

Logo, a memória é um elemento dinâmico e nunca estático. Devido a sua forma registrada, a memória tem possibilidade tanto de diversas formas de interpretação, como de ressignificação de significados atribuídos ou impostos socialmente, contribuindo para a visibilidade de lutas e narrativas e de conscientização social e histórica, conhecimento de sistemas sociais atuais ou passado e conhecimento dos mais diversos pensamentos humanos.

Concordamos com Assmann, quando a autora diz que “dessa forma, a memória viva implica uma memória suportada em mídias que é protegida por portadores materiais como monumentos, memoriais, museus e arquivos” (Assmann, 2011, p. 19). Oliveira, Rodrigues e Castro (2017, p. 70) asseveram que “Arquivos, Bibliotecas e Museus são lugares de memória socialmente instituídos e legitimados para preservação dos materiais da memória nacional, ‘chaves’ da memória coletiva dos povos”.

Essa materialidade, que é o que possibilita sua fixação e circulação, facilitando também o processo de comunicação e ressignificação dada a estabilidade do suporte e do conteúdo, atribuindo novos significados aos eventos, ação essencial para a evolução de uma sociedade. A memória é parte viva da sociedade humana: instituições, comunidades e pessoas possuem

registros de informação nos mais variados suportes materiais que contribuem para parte do entendimento da história coletiva da humanidade e do mundo (Ribeiro, 2017).

Thiesen (2013, p. 26) afirma que “se a instituição existe, a memória se plasma”. Assim, o surgimento de uma instituição tem o poder dar vida e voz a pessoas e grupos, ou de silenciá-los, elas podem ser um marco na trajetória de uma parcela da população que ao contemplar o surgimento de uma instituição, vê uma possibilidade de suas necessidades serem atendidas (Thiesen, 2013).

A memória institucional é composta tanto pela forma como a instituição se relaciona com a sociedade, como pelos produtos materiais que são utilizados como meio para exercer suas rotinas administrativas.

A memória institucional é um permanente jogo de informações que se constrói em práticas discursivas dinâmicas. O instituído e o instituinte – as duas faces da instituição – fazem suas jogadas na dinâmica das relações sociais (Thiesen, 2013, p. 37).

As atividades de rotina de uma instituição podem transcender o mero ato administrativo, podem se constituir em eventos significativos que perduram ao longo do tempo em seus impactos, criando vínculos entre passado, presente futuro, transformando a instituição em um marco na história (Thiesen, 2013).

Rueda, Freitas e Valls dizem que:

Informações organizadas e seguras para o dia-a-dia ou para momentos importantes de tomada de decisão fazem parte da rotina de qualquer tipo de instituição e tem como resultado dados, procedimentos, produtos e conseqüentemente toda a documentação desses processos que fazem parte da Memória Institucional por estarem relacionados à sua trajetória (Rueda; Freitas; Valls, 2011, p. 86)

Percebe-se então que os documentos de uma instituição são relevantes para seu presente e para o futuro, pois servem como ferramentas de referência no diz que respeito as suas práticas. Através das informações contidas neles, a instituição pode rever e atualizar suas práticas, identificar os motivos pelos quais deram certo e quais precisam ser melhoradas, garantindo assim a sua eficácia e estabilidade, além da forma como impactou na história da sociedade, e ainda reconhecer a participação das pessoas que colaboraram para sua construção.

4 DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO E MATERIALIDADE

Devido à possibilidade de conservação da informação através da materialidade dos documentos, a execução de ações como exercício de práticas públicas e sociais, de comunicação, de compartilhamento de informações, de análise e revisão de discursos e narrativas se tornou mais viável. Por consequência, esses materiais acabam por se tornar fonte de pesquisa histórica, de cultura e composição da memória social, se tornando assim, materiais de memória.

Le Goff (1990), discorre sobre os materiais da memória coletiva e da história, os identificando como documentos e monumentos, entendidos pelo autor um como herança do passado e o outro como escolha do historiador.

A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (Le Goff, 1990, p. 462).

Assim, os materiais da memória são elementos dispostos de forma material e acessível as pessoas, de forma que cristalizem uma memória. Podem ser canais que evocam as lembranças dos indivíduos que com eles fazem contato, e podem também ser símbolos e marcos voluntários ou involuntários de um evento relevante para um determinado grupo da sociedade. Le Goff (1990, p. 462) diz que o “monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos”.

O documento pode ser entendido como um testemunho escrito e o monumento pode possuir formas variadas, porque sua essência está ligada à sua capacidade de continuar existindo ao longo do tempo, representando um legado para a história das sociedades. (Le Goff, 1990). Com base nos pensamentos do autor, podemos compreender os monumentos como elementos que preservam culturas, montam e remontam identidades. Independente da sua forma, seja um documento escrito, uma praça, uma escultura ou uma estátua, o monumento enquanto algo que sobrevive na sociedade ao longo das gerações, compõe a memória individual e coletiva do recorte ao qual está relacionado.

Ainda corroborando com a discussão de Le Goff (1990, p. 472) sobre documento/monumento como materiais da memória: “o documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”. Ao ser alvo dessas múltiplas análises, o documento passa a ser também monumento, por estar na condição de ser passível de novos olhares sobre ele, sendo compreendido assim, como um material da memória.

O Conselho Nacional de Arquivos conceitua um documento arquivístico como:

A informação registrada, independente da forma ou do suporte, produzida e recebida no decorrer das atividades de um órgão, entidade ou pessoa, dotada de organicidade e que possui elementos constitutivos suficientes para servir de prova dessas atividades (Arquivo Nacional, 2004).

Dentro das instituições, o documento arquivístico tem um papel fundamental na tomada de decisões, pois ele não só registra informações, como também possibilita a formalização de procedimentos legais, tornando viáveis algumas ações que, para serem realizadas, precisam da utilização do documento arquivístico.

Bellotto (2010, p. 162) indaga: “Qual a especificidade do documento de arquivo? O que o difere dos demais? Evidencia-se à partida, o seu caráter probatório e testemunhal, o seu vínculo originário e necessário com os demais documentos de seu conjunto e com a entidade produtora”. Sendo assim, um documento arquivístico alcança seu significado e sentido quando analisado em conjunto com os demais que rodeiam as ações que o geraram.

A CI estuda a informação em suas diversas formas de existir, assim Buckland (1991) apresenta a informação sob três enfoques: informação-como-processo, informação-como-conhecimento e informação-como- coisa.

Ao relacionar informação-como-processo e informação-como- coisa, Buckland (1991) afirma:

uma característica chave da “informação como-conhecimento” é que é intangível: não se pode tocá-la ou medi-la, de modo algum. Conhecimento, convicção e opinião são atributos individuais, subjetivos e conceituais. Entretanto, para comunicá-los, eles têm que ser expressos, descritos ou representados de alguma maneira física, como um sinal, texto ou comunicação. Qualquer expressão, descrição ou representação seria “informação-como coisa (Buckland, 1991, p. 2).

A ideia de informação-como-coisa trazida pelo autor leva em conta o caráter tangível e manipulável da informação, além do seu caráter de se constituir como evidência, diferente da informação como processo e como conhecimento, que são de caráter intangível, sendo o conhecimento humano e seu impacto social difíceis de medir e equacionar (Buckland, 1991).

Analisando o documento arquivístico diante desta perspectiva, ele pode ser enquadrado como “informação-como-coisa”, por ser uma informação registrada em um suporte. Documentos arquivísticos são informação-como-coisa, informação registrada, assim como o vínculo arquivístico e a organicidade, característicos dos documentos de arquivo, representam a informação como-processo (Pazin Vitoriano, 2017, p. 61-62).

Frohmann (2008) aborda a materialidade da informação no que diz respeito aos documentos através dos pensamentos foucaultianos sobre “enunciados”. A análise de Foucault sobre enunciados, segundo Frohmann, traz uma distinção entre fisicalidade e materialidade dos enunciados:

Ao contrário de um objeto físico, a materialidade do enunciado não consiste simplesmente de sua existência no espaço e no tempo. A materialidade é medida pela massa, inércia e resistência. Assim, o conceito de materialidade está mais para o conceito de massa da física moderna, do que para o conceito de substância física” (Frohmann, 2008, p. 22).

Enunciados, segundo Foucault, no trabalho de Frohmann (2008), não são documentos. Mas o filósofo traz as considerações sobre materialidade dos enunciados para a realidade da documentação na esfera das instituições, ciência, criação de categorias e enunciados digitais, onde busca investigar as relações de poder, força e estabilidade através de conceitos teóricos como massa, energia e força, conceitos advindos da física moderna e utilizados por Foucault como analogia para compreensão dos Enunciados.

Ressalta-se que a palavra “documentação” utilizada por Frohmann (2008) não se refere à disciplina científica Documentação. Para Frohmann (2008, p. 21), “[...] sem a atenção à materialidade da informação, grande parte das considerações sociais, culturais, políticas e éticas, tão importantes para os estudos da informação, se perdem”. Os documentos dentro de um contexto institucional, de acordo com Frohmann (2008), possuem uma materialidade pronunciada por serem produzidos e validados de acordo com o recorte da instituição.

Em concordância com os pensamentos de Frohmann (2008), compreende-se que o Documento Arquivístico reflete essa materialidade no contexto trazido pelo autor. Isto porque

as instituições que o produzem possuem poder jurídico para lhes conferir peso, ou seja, lhes atribuir um juízo de valor. Um documento que possui validação legal possui mais peso e massa, termos advindos da física, mas que, dentro do contexto da discussão se referem a sua validação legal e quantidades existentes. Frohmann (2008), ao falar sobre as discussões trazidas por Foucault acerca dos enunciados, no contexto institucional, diz que para esse autor “[...] as rotinas institucionalizadas estabelecem e mantêm as relações entre enunciados, dando a eles peso, massa, inércia e resistência. Elas respondem pela materialidade dos enunciados” (Frohmann, 2008, p. 23).

Os documentos arquivísticos que possuem valor legal assim atribuído pelas instituições que o produzem, carregam com eles mais poder de serem vistos como verdadeiros em detrimento daqueles que não passaram por tal processo jurídico de validação. A partir do momento em que um juízo de valor é atribuído a algo, compreende-se que automaticamente, o oposto é feito com os que não receberam tal juízo, havendo apagamento ou descarte dos demais.

Utilizando como exemplo os documentos, partindo do momento em que lhes são atribuídos valor legal, os demais ficam sujeitos a um silenciamento por não possuírem o mesmo valor, seja ele administrativo ou histórico e, apesar de não ser o foco da pesquisa, deixa-se claro que se tem ciência de tais questões. As informações contidas nesses documentos refletem as práticas institucionais e também servem como uma prestação de contas à sociedade. Sendo assim, eles possuem o poder de manter as pessoas informadas sobre os acontecimentos do meio social que as circundam e sobre as ações das instituições.

Compreende-se assim que a materialidade do documento possibilita a sua transmissão e permanência além do espaço e tempo em que foi gerado, fluxo da informação, integração em sistemas informatizados, reprodução, compartilhamento e comunicação. Além disso, essa materialidade não só desempenha um papel essencial no exercício de práticas públicas e sociais, como também reforça o caráter identitário do produtor, pois possui elementos diplomáticos que reforçam o caráter institucional daquele documento e lhes atribuem juízo de valor, marcando uma ação ao longo do tempo como produto específico das atividades de determinada instituição.

5 CONCLUSÃO

Buscou-se através deste trabalho, trazer considerações teóricas acerca da temática, que demonstrem a relação dos elementos e fenômenos citados nas seções anteriores. Com base na revisão de literatura e nas discussões desenvolvidas ao longo do trabalho, pode-se concluir, de maneira parcial, que nas atividades de rotina de uma instituição, que são formalizadas por meio de seus documentos arquivísticos, reflexos do decorrer natural das suas atividades, encontram-se um dos meios de se formar e conhecer a memória de determinada instituição.

A materialidade presente nos documentos nos oferece a chance de estudá-los para conhecer como as coisas eram feitas na instituição no passado, o que colabora na tomada de decisões no presente, dando prosseguimento as boas práticas e descartando as de repercussão negativa. São também registros históricos que podem conter informações importantes sobre eventos e políticas adotadas que marcam e comprovam a atuação das instituições na sociedade, tornando possível mapear quais os valores prezados e praticados pela instituição ao longo do tempo.

Compreende-se também que os documentos arquivísticos enquanto detentores de informação orgânica, são elementos importantes para informar a comunidade e contribuir seu para o desenvolvimento intelectual e cultural, visto que, as diferentes formas de existir e atuar das instituições na sociedade, estão intrinsecamente relacionadas com a vida do ser humano. Sendo assim, é essencial garantir o acesso a essas informações e compreender como elas influenciam a vida das pessoas, bem como a maneira como a memória é percebida e transmitida através dos documentos arquivísticos.

Se pensarmos no documento arquivístico como um material de memória, pode-se compreendê-lo como um instrumento que preserva registros que podem servir como referência para a memória da instituição e para a evocação da memória nos indivíduos. Sua materialidade permite que seja constantemente objeto de novas reflexões. Além disso, funciona como referência para a tomada de decisões, permitindo a comparação entre práticas antigas e atuais através dos documentos preservados. Desta forma, o documento arquivístico atua como um canal que conduz a memória e, ao mesmo tempo, representa e reforça a identidade institucional.

Consequentemente, as instituições podem se constituir como grandes produtoras de informação por meio dos seus documentos arquivísticos. Embora em um primeiro momento possam parecer que sua funcionalidade se limita apenas ao atendimento de atividades administrativas, é possível encontrar nesses documentos informações que precisam ser compartilhadas, sendo através delas também possível a prestação de contas e promover a transparência, mantendo assim a população informada sobre as ações da instituição que causam impacto em suas vidas.

Diante o exposto, esse universo de documentos diz respeito a sua identidade e imagem institucional que se deseja manter, descartar ou modificar. Compreende-se que a materialidade física do documento facilita coisas como: transmissão, fluxo da informação, integração em sistemas informatizados, reprodução e compartilhamento. Desta forma, pode-se compreender a relação entre documento arquivístico, instituições, memória institucional e memória registrada como uma relação de interdependência onde a gestão eficaz dos documentos arquivísticos alimenta a construção e preservação da memória institucional, que por sua vez, sustenta a identidade e a continuidade da própria instituição.

Sugere-se assim, para futuras investigações, explorar centros de memória e documentação, bem como memoriais vinculados a instituições, esses locais conferem uma nova perspectiva aos documentos arquivísticos sob a luz da memória institucional. De forma resumida, eles possuem como objetivo gerir, expor e preservar a memória das instituições a que estão vinculados, se tornando assim lugares onde a informação registrada, por meio do documento arquivístico tem um papel fundamental para o fenômeno da memória.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília, Briquet de Lemos. 2014.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte. KMA.2018.

ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. **Resolução nº 20, de 16 de julho de 2004**. Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos. Rio de Janeiro: Conarq, [2004]. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao/arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-20-de-16-de-julho-de-2004>. Acesso em: 31 jul. 2023.

ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier; DODEBEI, Vera. Informação e memória. *In*: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). **Memória**: interfaces no campo da informação. Brasília: Universidade de Brasília, 2017

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. Da gene a à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. *In*: FREITAS, Lídia Silva; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia. (org.) **Documento**: gênese e contextos do uso / Niterói: EdUFF, 2010.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 3-5, Jan. 1968.

BUCKLAND, Michael. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, [S. l.], v. 42, n. 5, p. 351-360, jun. 1991.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de (org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. Marília: Fundepe; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p. 19-34. DOI: <https://doi.org/10.36311/2008.978-85-98176-17-8.p19-34>. Acesso em: 2 abr. 2024.

LE GOFF, Jacques. **Memória e história**. Campinas: Unicamp, 1990.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, v. 10, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 23 nov. 2021.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg; CASTRO Raissa Mota. A memória na ciência da informação: uma análise da produção científica brasileira. *In*: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). **Memória**: interfaces no campo da informação. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

PAZIN VITORIANO, M. C. de C. Uma aproximação entre Arquivologia e Ciência da Informação: o uso dos conceitos de informação orgânica e informação arquivística. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, SP, v. 11, n. 4, 2017. DOI: 10.36311/1981-1640.2017.v11n4.09.p57. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/7509>. Acesso em: 17 abr. 2024.

RABELLO, R. Informação institucionalizada e materializada como documento: caminhos e articulações conceituais. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, SP, v. 13, n. 2, p. 5–25, 2019. DOI: 10.36311/1981-1640.2019.v13n2.02.p5. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/8932>. Acesso em: 16 abr. 2024.

RIBEIRO, Fernanda. Memória, informação e ciência da informação: Relações e interdependências. *In*: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). **Memória**: interfaces no campo da informação. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

RUEDA, V. M. S.; FREITAS, A.; VALLS, V. M. Memória institucional: uma revisão de literatura. **Revista CRB8 Digital**, São Paulo, v. 4, n. 1, abril, 2011.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora UFPB, 2013